

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
DEMOCRÁTICA EM PROL DA JUSTIÇA SOCIAL**

Juliana Mezomo Cantarelli (UFPel, IFFar)

Em 2008 foram criados os Institutos Federais visando ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas pelo mercado. Nessa mesma perspectiva foi criado também o Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Como um dos objetivos dos Institutos Federais apontados no art 8º é a oferta de no mínimo 20% das suas vagas para os cursos de licenciaturas e formação pedagógica, o IFFar oferta-os em várias áreas do conhecimento. Para o IFFar os licenciados devem adquirir conhecimentos associando seu curso específico com as questões pedagógicas, sociais, políticas, econômicas, culturais. Todavia, é necessário ter consciência que vivemos numa sociedade em que o mercado domina, em parte, inclusive as políticas educacionais. Assim, torna-se necessário que os docentes formadores dos futuros docentes, através de suas ações didáticas, conhecimentos e metodologias, contribuam para que os mesmos percebam a importância do seu trabalho e das suas ações na vida dos alunos. Desse modo, esse artigo objetiva analisar a importância da formação docente na educação democrática com vistas à justiça social. Esta pesquisa de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico consiste no estudo e análise da importância da formação docente na educação profissional democrática para um futuro humano, considerando o compromisso social de educar no contexto neoliberal hegemônico na atualidade. Para tal, utiliza como teóricos principais para fundamentar o estudo, Biesta e Santomé.

Palavras – chave: formação docente, educação democrática, justiça social, educação tecnológica.

**POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA, ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS**

Natália Ferreira da Cunha – UFPel

Valmôr Scott Junior - UFPel

Resumo: O artigo tem como temática de estudo a acessibilidade da pessoa com deficiência na educação superior, por meio da articulação entre aspectos legais e institucionais da UFPel que versem sobre a acessibilidade destes sujeitos de direito, para refletir sobre ações de acessibilidade no ambiente universitário, precisamente, na Universidade Federal de Pelotas – UFPel, com observância aos imperativos da pessoa com deficiência. O objetivo principal deste estudo busca analisar a produção de acessibilidade no contexto universitário, a partir de aspectos legais da legislação internacional, infra-constitucional, inclusive, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, articulados com as dimensões de acessibilidade proposta por Romeu Sasaki e com aspectos institucionais que possibilitem verificar como a acessibilidade é produzida no contexto da Universidade Federal de Pelotas. A metodologia tem como base a pesquisa qualitativa, por meio da análise de conteúdo em documentos obtidos, associado a revisão de literatura. A educação é direito social fundamental ao processo de inclusão, com foco na superação da vulnerabilidade da pessoa com deficiência, ainda presente no acesso e permanência à educação superior. Estas considerações justificam a pertinência desta pesquisa, em busca da compreensão para proposição de possibilidades para uma política de acessibilidade abrangente às pessoas com deficiência na educação superior.

Palavras-Chave: Acessibilidade; Pessoa com Deficiência; Educação Superior.

**A ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR COMO DIREITO HUMANO: UM
RELATO SOBRE O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

Ádria Tabita de Moraes Damasceno - UFPel

RESUMO: Este artigo tem como objetivo promover a reflexão sobre a acessibilidade no ensino superior como direito humano, através da análise dos instrumentos normativos internacionais e infraconstitucionais. Nesse sentido, apresenta-se um diagnóstico sobre a efetivação da acessibilidade no ensino superior, através das experiências e das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Amapá. Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, com revisão de literatura e entrevista semi-estruturada à Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNIFAP. Observa-se a partir desse estudo que a acessibilidade na educação superior proporciona o oferecimento de uma educação adequada às pessoas com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior. Acessibilidade. Núcleo de acessibilidade e inclusão. Universidade Federal do Amapá.

**DIREITO À EDUCAÇÃO: ENTRE O POLÍTICO E O PEDAGÓGICO NA BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR**

Rosalva C. R. Drummond – UERJ

Guilherme P. Stribel – UERJ

Definida como instrumento para promoção da equidade, uma vez que definirá as aprendizagens essenciais e orientará as políticas educacionais de todo o país, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresenta-se como promessa de que seu papel será decisivo na formação integral dos sujeitos e na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. A partir de reflexões sobre a noção de direito apresentada na BNCC, o trabalho se desenvolve na intenção de discutir uma pretensa certeza de inclusão fundamentada na articulação entre direito e justiça. Nesse sentido, nas discussões sobre currículo enquanto produção cultural apoia-se em Rita Frangella; na teoria do discurso de Ernesto Laclau; e nos questionamentos sobre a universalidade de direitos propostos tanto por Tristan McCowan quanto por Aura Helena Ramos. O texto se desenvolve tencionando a relação entre igualdade e equidade apresentadas pela BNCC, e como estas propostas, na tentativa de incluir, acabam por reforçar sentidos homogeneizantes e de apagamento da diferença.

Palavras-chave: Direito, Produção curricular, Educação, BNCC.

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA

DIREITO À EDUCAÇÃO, OBRIGATORIEDADE DE MATRÍCULA E TEMPO: O QUE O CURRÍCULO TEM A VER COM ISSO?

Rosalva de Cássia Rita Drummond – UERJ/CNEC/ISERJ

Rita de Cássia Prazeres Frangella – UERJ

Financiamento FAPERJ/CNPq

As alterações da idade de matrícula obrigatória, no contexto educacional, que já foi sete, seis e, agora, quatro anos de idade, é o mote que nos permitem questionar as concepções do que se entende por educação e direito. O que está em jogo e quais as demandas são produzidas no contexto das produções curriculares com tais alterações? Ancoramo-nos em estudos pós-estruturais e pós-coloniais, em diálogo com leituras de Derrida, Bhabha e Laclau problematizando a ideia de direito à educação e seus desdobramentos como direito à aprendizagem, o que tem figurado como argumento articulador na produção curricular. Nossa intenção é discutir direito, educação e currículo e como seus sentidos vêm sendo disputados em movimentos ambivalentes entre os discursos pedagógicos e performáticos (Bhabha, 1998), observando os deslocamentos de significação na produção do discurso de uma educação de qualidade calcada nessas noções de direito. Ao discutirmos o direito à educação como mobilizador na produção de políticas curriculares articulamos ao tempo, que se constitui um elemento importante nessa produção, na ideia de que quanto mais cedo se ingressa, mais chance de sucesso escolar; o que incide na antecipação de matrícula e fixações-temporais que inferem ao sentido de qualidade alcançada o nexos da aprendizagem como direito. Assim, tempo e direito, acabam por constituírem-se interfaces que contribuem para pensar processos de produção de políticas curriculares e as demandas produzidas através dos sentidos que estão em disputa.

Palavras-chave: Direito, Educação, Currículo.



**POLÍTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO SUPERIOR E MOVIMENTOS SOCIAIS
DE MINORIAS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA (NOVA) CONCEPÇÃO
DE ACESSIBILIDADE**

Jael Sânera Sigales Gonçalves - UFPel
Valmôr Scott Júnior - UFPel

RESUMO: A questão da acessibilidade à educação, originariamente, tem sido tratada de uma perspectiva cujo paradigma dominante concentra a problemática em torno de capacidades físicas. Neste trabalho, objetivamos realizar um exercício teórico para fundamentar uma proposta de (nova) concepção de acessibilidade que considere o paradigma emergente no qual se inserem movimentos sociais de outras minorias em direção à criação de políticas educativas de acesso à educação superior. Os objetivos específicos da pesquisa foram estes: distinguir paradigma dominante de paradigma emergente; compreender a relação entre movimentos sociais e educação, especificamente educação superior; situar o sentido dominante de acessibilidade à educação superior. Para tanto, realizamos revisão de literatura fundamentada nos trabalhos de Santos (1987; 1999), Sassaki (2005), Gohn (2011, 2016), Scott Jr. (2012) e Friedrich (2015). O percurso conduziu-nos a propor um deslocamento dos sentidos de acessibilidade no contexto da educação superior brasileira, de modo a absorver as demandas recentes de movimentos sociais de minorias não constituídas por pessoas com deficiência, apenas, como minorias étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, de idade e de origem, cujo direito à igualdade constitucionalmente previsto necessita alcançar a sua dimensão material.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educativas; Movimentos sociais; Minorias; Acessibilidade; Educação Superior

**ALGUMAS IMPLICAÇÕES PROVOCADAS PELAS POLÍTICAS CURRICULARES
NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE EM UMA
ESCOLA PÚBLICA**

Júlio César Madeira - PPGEdu / UNISINOS

Gabriela Teixeira Gomes - PPGEdu / UNISINOS

Maria Cristina Madeira - PPGE/ UFPel

Resumo: A educação pública passa por um contexto atual de supressão de inúmeras conquistas históricas e sociais, tanto em âmbito nacional como estadual, principalmente em virtude da implementação de ações e leis que visam o enxugamento da máquina pública. Nesse sentido, as diferentes instâncias de poder criam políticas curriculares que afastam e restringem cada vez mais a possibilidade da aplicabilidade de princípios educacionais pertinentes para a formação crítica e cidadã de educandas e educandos. Diante do exposto, o presente trabalho busca, através de um estudo de caso em uma escola pública, problematizar e tecer algumas considerações acerca das implicações provocadas pelas políticas curriculares que vem sendo colocadas em prática na educação básica do estado do Rio Grande do Sul (2015-2017). Essas políticas curriculares estão pautadas na lógica neoliberal e na adoção de diversas medidas que pressionam para que haja a construção de currículos escolares com poucas possibilidades de mobilidade e que ignoram a realidade de cada contexto escolar. Verifica-se, dessa maneira, a necessidade de investigarem-se as políticas curriculares, tendo em vista a complexidade das relações, embates, disputas e tensões que expressam e o fato desses aspectos serem constituintes dos espaços educacionais. Como resultados, analisa-se a concretização de políticas que tem como objetivo a desvalorização da educação estadual, sendo as mudanças curriculares pensadas de forma vertical, onde os profissionais da educação acabam não tendo suas vozes efetivamente escutadas pelas estruturas burocráticas do Estado.

Palavras-chave: Políticas Curriculares. Educação Básica. Escola

AS OCUPAÇÕES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COMO UM INSTRUMENTO DE PROBLEMATIZAÇÃO DO CURRÍCULO

Júlio César Madeira - PPGEduc/ UNISINOS
Gabriela Teixeira Gomes - PPGEduc / UNISINOS

Resumo: No ano de 2016, foram presenciados no estado do Rio Grande do Sul, inúmeros movimentos, com a participação de estudantes, docentes e funcionários na busca de melhorias na educação. Como destaque, verificou-se o fortalecimento das reivindicações de educandas e educandos, com a adoção de diferentes ações e mobilizações organizadas por alguns grupos, entre essas as denominadas “ocupações”. Tais movimentos tinham como escopo a efetiva ocupação dos espaços da escola enquanto *lócus* de construção de cidadania. Analisa-se que as alunas e os alunos pensavam as ocupações, como possibilidades de tornar mais visíveis suas contrariedades em relação às posturas tomadas pelo Governo estadual em relação à área da educação, tendo em vista a implementação da política do congelamento e parcelamento de salários e sucateamento das instituições. Diante deste cenário descrito, buscou-se a realização de um estudo de caso, que objetiva relatar a experiência das “ocupações” vivenciada por estudantes dentro de um desses contextos escolares, o que foi possível através das observações e diálogos realizados com os mesmos. Visualiza-se que tal movimento oportunizou a reflexão sobre a relação entre os currículos implementados nas escolas e a estrutura física e pedagógica, onde o binômio currículo-estrutura (física/pedagógica) precisa estar em sintonia. para a concretização de uma transformação na realidade educacional. Assim, a partir do universo pesquisado, infere-se que as políticas curriculares precisam ser pensadas com os setores de base da educação pública, sobretudo as comunidades escolares.

Palavras-chave: Mobilização Estudantil. Escola Pública. Ocupações (2016).

ENEM E EFEITOS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO

Simone Gonçalves da Silva – UFPel

Alvaro Hypolito – UFPel

CAPES

O presente ensaio aborda o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tomado como uma das modalidades de avaliação nacional brasileira, no âmbito da reestruturação curricular no Ensino Médio e do processo seletivo de ingresso à Educação Superior. Propõe-se a analisar como os discursos do ENEM podem produzir efeitos no currículo do Ensino Médio. A partir de uma leitura de inspiração foucaultina, a pesquisa utiliza as noções de discurso e de governamentalidade. Estes conceitos permitem compreender que o ENEM emerge como um regulador das práticas curriculares e pedagógicas, uma vez que se constitui em um discurso a disputar verdades sobre os conhecimentos válidos para o Ensino Médio, sobre as metodologias pedagógicas, sobre as formas de aprender e ensinar nessa etapa de ensino. Tais verdades estão implicadas ainda com os modos de regulação que organizam a vida em sociedade e a fabricação do ser e do estar no mundo dos sujeitos na contemporaneidade. Metodologicamente, serão utilizados como fonte de análise, os vídeos institucionais referentes a chamadas de inscrições para o ENEM, reproduzidos nos meios de comunicação desde de 2009. As análises empreendidas denotam que o ENEM se constitui como uma estratégia de governamentalidade. Afirma-se isso desde a perspectiva de que o referido exame disputa o controle da conduta dos sujeitos sugerindo transformações nos sentidos educacionais na direção de uma educação na perspectiva do investimento em capital humano – homem econômico empresário de si, o cidadão aprendente por toda a vida.

Palavras-chave: ENEM; políticas educativas; currículo.



**ESCOLAS DE GOVERNO: A POLÍTICA EDUCATIVA DA UNIÃO PARA FORMAR
EM SERVIÇO**

Stephane Silva de ARAUJO – Universidade Federal de Pelotas

Sérgio Renato Batista MARTINS – Universidade Nacional do Mar da Prata

A administração pública federal vem otimizando os instrumentos relacionados à gestão de pessoas, entre os quais figuram os relacionados à formação em serviço. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 o aperfeiçoamento dos agentes públicos tem recebido certo destaque. Nessa senda, foi proposta a partir da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, em 2006, centralidade às Escolas de Governo da União como instituições responsáveis por capacitar servidores. Nesse cenário, por meio de um estudo exploratório focalizamos o processo de constituição, as especificidades, as diretrizes para gestão e a potencialidade pedagógica das referidas escolas como organizações que materializam políticas. Ao evidenciarmos a perspectiva discursiva da política de formação de servidores, compreendemos que a institucionalização de centros de excelência que visam o desenvolvimento de competências consiste em significativo dispositivo para inauguração do Contexto da Prática, considerado o “Ciclo de Políticas” de Stephen Ball e Richard Bowe (1992). A relevância do estudo reside na insuficiência de pesquisas sobre a temática, na considerável emergência de Escolas de Governo a partir do lapso temporal destacado e na potencialidade delas como intérpretes/produtoras de políticas públicas educativas. O desenvolvimento do estudo aponta para a pertinente função social das Escolas de Governo no que concerne a formação de servidores públicos e a interessante possibilidade de posteriormente compreender como (re)significam determinadas políticas em suas práticas.

Escolas de Governo – Políticas Públicas Educativas – Ciclo de Políticas

**ESCOLAS DE GOVERNO: A POLÍTICA EDUCATIVA DA UNIÃO PARA FORMAR
EM SERVIÇO**

Stephane Silva de ARAUJO – Universidade Federal de Pelotas

Sérgio Renato Batista MARTINS – Universidade Nacional do Mar da Prata

A administração pública federal vem otimizando os instrumentos relacionados à gestão de pessoas, entre os quais figuram os relacionados à formação em serviço. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 o aperfeiçoamento dos agentes públicos tem recebido certo destaque. Nessa senda, foi proposta a partir da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, em 2006, centralidade às Escolas de Governo da União como instituições responsáveis por capacitar servidores. Nesse cenário, por meio de um estudo exploratório focalizamos o processo de constituição, as especificidades, as diretrizes para gestão e a potencialidade pedagógica das referidas escolas como organizações que materializam políticas. Ao evidenciarmos a perspectiva discursiva da política de formação de servidores, compreendemos que a institucionalização de centros de excelência que visam o desenvolvimento de competências consiste em significativo dispositivo para inauguração do Contexto da Prática, considerado o “Ciclo de Políticas” de Stephen Ball e Richard Bowe (1992). A relevância do estudo reside na insuficiência de pesquisas sobre a temática, na considerável emergência de Escolas de Governo a partir do lapso temporal destacado e na potencialidade delas como intérpretes/produtoras de políticas públicas educativas. O desenvolvimento do estudo aponta para a pertinente função social das Escolas de Governo no que concerne a formação de servidores públicos e a interessante possibilidade de posteriormente compreender como (re)significam determinadas políticas em suas práticas.

Escolas de Governo – Políticas Públicas Educativas – Ciclo de Políticas